

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.502 - ES (2018/0307174-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE VITÓRIA**  
**PROCURADOR : EDUARDO CASSEB LOIS E OUTRO(S) - ES015119**  
**RECORRIDO : GERALDO REBELLO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE VITÓRIA, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE CUSTAS - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - CONTRIBUINTE FALECIDO ANTES DO AJUIZAMENTO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1- Na Execução Fiscal, quando falecido o contribuinte antes do ajuizamento, não é possível o direcionamento para terceiros, sendo causa para extinção do feito sem resolução do mérito por ausência de condição da ação, qual seja, legitimidade passiva.

2- Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em razão do princípio da causalidade, as custas e honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que deu causa à extinção do processo sem julgamento do mérito ou pela parte que viesse a ser a perdedora caso o magistrado julgasse o mérito da causa.

(...).' (REsp 552.723-AgRg/CE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA).

3- No que pertine ao pagamento de custas processuais, somente o Estado do Espírito Santo, suas autarquias, agências reguladoras e fundações públicas, estão dispensadas do seu pagamento, nos exatos termos do artigo 20, da lei 9.974/2013.

5- Recurso conhecido e improvido" (fl. 61e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 39 da Lei 6.830/80, ao argumento de que "o fato da legislação estadual não prever a mesma isenção não invalida a isenção conferida pela legislação federal, de cunho nacional, ao regulamentar o Processo de Execução Fiscal em toda a nação" (fl. 99e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Não apresentadas as contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido pelo

Tribunal de origem (fls. 107/110e).

Com razão a parte recorrente.

Na origem, trata-se de "apelação cível contra sentença proferida nos autos da Execução Fiscal ajuizada pelo MUNICÍPIO DE VITÓRIA contra GERALDO REBELLO, a qual, constatando o prévio falecimento do executado, foi extinta na forma do art. 267, VI, condenando o exequente ao pagamento das custas processuais" (fl. 62e).

O Tribunal **a quo** negou provimento à Apelação Cível, nos seguintes termos:

"Ultrapassado tal óbice, para o definitivo deslinde da controvérsia ora instaurada, no que pertine ao pagamento de custas processuais, somente o Estado do Espírito Santo, suas autarquias, agências reguladoras e fundações públicas, estão dispensadas do seu pagamento, nos exatos termos do artigo 20, da lei 9.974 de 09 de janeiro de 2013, que assim dispõe:

(...)

Portanto, segundo a atual legislação estadual, o Município não goza mais de isenção, mas tão somente do benefício de tramitação independentemente de antecipação de custas, conforme preconiza o inciso II do art. 19 da Lei 9.974/13.

Assim, é cabível condenação ao pagamento das custas processuais ao final do processo, a teor a previsão do parágrafo único do art. 19 da lei 9.974/13, caso existente.

(...)

Nessa conjectura, entendo que o Município não está isento do pagamento das custas processuais e, portanto, não vislumbro motivos que justifiquem reparos à sentença outrora proferida pelo M.M Juiz de Direito *a quo*, razão pela qual mantenho a condenação da Fazenda Pública Municipal ao pagamento das custas processuais" (fls. 66/69e).

Tal entendimento encontra-se em dissonância com a orientação firmada na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia, REsp 1.107.543/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, no sentido de que a isenção de que goza a Fazenda Pública, a teor do art. 39 da Lei 6.830/80, abrange, nas ações de execução fiscal, as custas efetivamente estatais, cuja natureza jurídica é de taxa judiciária, mesmo quando a demanda tem curso na Justiça Estadual.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO. AGRAVO INTERNO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART.

1.021, § 4º, DO CPC. AFASTADA.

1. Cinge-se a controvérsia ao pagamento, pelo Município de São Leopoldo, das custas processuais em razão da extinção da execução fiscal.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial representativo de controvérsia, já assentou, por interpretação dos dispositivos infraconstitucionais que regem a matéria, especialmente o disposto no art. 39 da Lei 6.830/1980, que a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é isenta do recolhimento de custas efetivamente estatais, cuja natureza jurídica é de taxa judiciária, nas ações de execução fiscal, mesmo quando a demanda tem curso na Justiça Estadual, tal como ocorre no presente caso.

3. Em relação à multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, o STJ tem firmado entendimento no sentido de que a penalidade não é decorrência automática do não provimento do agravo interno, sendo necessário demonstrar, por decisão fundamentada, a inadmissibilidade ou improcedência do recurso.

4. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1676518/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELA UNIÃO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. DESPESAS POSTAIS DE CITAÇÃO. PRÉVIO PAGAMENTO. INEXIGIBILIDADE.

1. A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26.4.2010) e o REsp 1.144.687/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21.5.2010), ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, pacificou entendimento no sentido de que, quanto às custas efetivamente estatais, goza a Fazenda Pública Federal de isenção, devendo apenas, quando vencida, ressarcir as despesas que tiverem sido antecipadas pelo particular, sendo que 'a isenção do pagamento de custas e emolumentos e a postergação do custeio das despesas processuais (artigos 39, da Lei 6.830/80, e 27, do CPC), privilégios de que goza a Fazenda Pública, não dispensam o pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais, ainda que para cumprimento de diligências em execução fiscal ajuizada perante a Justiça Federal'. Ressalte-se que, ainda que se trate de execução fiscal promovida pela União perante a Justiça Estadual, subsiste a isenção referente às custas processuais e emolumentos.

2. Nesse contexto, considerando que a Fazenda Pública não está obrigada ao pagamento das custas, é inexigível o prévio adimplemento do montante equivalente às despesas postais, para fins

de citação em execução fiscal.

3. Recurso especial provido" (REsp 1264637/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2011).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para isentar a Fazenda Municipal ao pagamentos das custas processuais.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora